

A PRÁXIS DOCENTE NA EJA PRISIONAL: DESAFIOS DO ENSINO MULTISSERIADO E A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO EIXO DE INCLUSÃO

Arilson Campos Rojas – UFMS, Campo Grande MS,
Brasil, arilson.eaco@gmail.com

Jucélia Linhares Granemann - UFMS, Campo Grande
MS, Brasil, linhares.granemann@ufms.br

RESUMO

A educação em contextos de privação de liberdade transcende a instrução formal, consolidando-se como um pilar indispensável para a dignidade humana e a efetiva reintegração social. Para que esse potencial transformador se concretize, o ensino deve ser dinâmico e sensível às particularidades do ambiente carcerário. Atualmente, o maior entrave reside na implementação de metodologias que deem conta da complexidade das turmas multisseriadas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde o professor precisa mediar diferentes níveis de conhecimento simultaneamente. Nesse cenário, evidencia-se uma carência crítica: a falta de preparo específico para os educadores que atuam nesse sistema. É imperativo que a formação continuada ofereça subsídios para que esses profissionais consigam alinhar o currículo acadêmico às experiências de vida dos alunos, tornando o saber mais relevante e inclusivo. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, busca investigar as potencialidades e limitações do ensino multisseriado, através de uma tese de doutoramento em andamento, analisando como a formação docente pode instrumentalizar o educador para a construção de um currículo dialógico. O objetivo central é fomentar uma prática educativa na formação continuada, que integre as vivências dos apenados ao saber formal, convertendo a sala de aula em um espaço de emancipação e reintegração social efetiva.

Palavras-chave: Ensino Multisseriado; Reintegração social; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Atuando como Policial Penal e professor, vivenciando as nuances do cotidiano prisional na função de responsável pedagógico em uma Unidade Penal. A partir dessa premissa, esta pesquisa busca compreender como os professores da educação prisional implementam metodologias a fim de tornar o conhecimento mais inclusivo e emancipatório, utilizando a vivência dos alunos apenados como ponto de partida. A investigação científica em contexto carcerário é influenciada por variáveis atípicas, uma vez que a dinâmica institucional prioriza protocolos de segurança, disciplina e vigilância. Procedimentos rotineiros, como as inspeções estruturais e a busca por ilícitos, impactam diretamente o cronograma da pesquisa, subordinando a atividade intelectual às normas imperativas do

sistema penal. Motivada por essa realidade, a pesquisa busca investigar os obstáculos do contexto carcerário e apresentar alternativas que tornem o processo educativo mais inclusivo.

No sistema prisional são oferecidos espaços para o apenado estudar no sistema multisseriado (educação de jovens e adultos- EJA), fazendo parte da humanização e ressocialização prisional. Pereira (2018, p. 238) diz o seguinte:

EJA é um direito humano que não pode ser negado às pessoas. No entanto, a EJA, no bojo dessas concepções, sempre esteve reduzida à alfabetização de adultos até assumir uma visão mais ampla, a qual engloba a alfabetização, a pós-alfabetização, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional, transversalizados por outros conhecimentos que permitam ao jovem e ao adulto serem protagonistas de sua história, de sua vida, na sociedade e no trabalho.

Ou seja, não poderia ser reduzido apenas a alfabetização, mas a introdução de outros conhecimentos em sua totalidade. Sendo assim, sua escolarização é mais ampla, dinâmica e reflexiva, atribuindo valores éticos e sociais, indo além de conteúdo científicos, numa conjectura inovadora, capaz de mudar sua trajetória no mundo do crime (Silva; Moreira; Oliveira, 2016).

O cenário educacional nas unidades prisionais estrutura-se pelo modelo multisseriado da EJA, no qual discentes de diferentes níveis de escolaridade compartilham o mesmo espaço pedagógico. A organização divide-se em módulos: Inicial (1ª a 5ª série), Intermediário I (6ª e 7ª série), Intermediário II (8ª e 9ª série) e Final (Ensino Médio), com progressão semestral. Tal configuração exige do corpo docente uma atuação multifacetada e vasta experiência, dada a heterogeneidade do público — composto tanto por adultos afastados do ambiente escolar há décadas quanto por jovens com defasagem idade-série decorrente de vulnerabilidades sociais.

No Brasil, muitos alunos em licenciatura, saem de suas graduações ao formarem, sem saber o que é uma sala multisseriada. Não estão habilitados a enfrentar esse tipo de público escolar e acabam se frustrando. No entanto, precisamos de uma organização curricular em relação a esse segmento. Essa lacuna formativa corrobora o pensamento de Caldart (2012), que enfatiza que a formação docente costuma ignorar a existência das classes multisseriadas, tratando o modelo seriado urbano como o único horizonte possível.

Nesse sentido, os professores estão como agentes transformadores, em um amálgama na evolução intelectual, educacional e social deste apenado. Dessa maneira, se o educador

não estiver disposto a fazer educação neste cenário, não teremos uma educação de qualidade.

Para o apenado, o que se aprende na prisão não são programas detalhados, módulos estruturados ou currículos pensados por expertises em educação, aprende-se ali, o que ali se encontra (Mayer, 2013; Onofre; Julião, 2013).

Esta investigação se baseia em uma metodologia qualitativa e construtivista, utilizando a Metodologia Interativa como referência para a pesquisa de campo. Por meio da aplicação da técnica do Círculo Hermenêutico Dialético (CHD), que promove a interação entre o pesquisador e os participantes em um processo dinâmico e dialógico, reduzindo significativamente a subjetividade do pesquisador (Oliveira, 2008).

Considerando a tipologia dos saberes conforme Tardif (2002), que inclui: saberes curriculares, saberes disciplinares, saberes experienciais e saberes da formação profissional.

Sublinhamos a necessidade de uma condução investigativa pautada na ética e na sensibilidade, visto que as particularidades do sistema carcerário é alcançar um entendimento epistemológico que viabilize a capacitação docente permanente, integrando perspectivas sociais e inclusivas à realidade dos custodiados. Este estudo propõe uma busca epistêmica por respostas que fundamentem uma formação continuada, consolidando conceitos de inclusão e responsabilidade social no ambiente prisional.

Assim como Caldart (2012) denuncia a cegueira acadêmica frente à multissereação, nota-se uma lacuna similar na preparação de docentes para o sistema prisional, onde a falta de um currículo contextualizado impede que o conteúdo científico dialogue com a urgência da reintegração social.

O objeto dessa pesquisa, é investigar a construção de um currículo para o contexto prisional que transcenda a mera transmissão de conteúdos científicos, integrando-os aos saberes do cotidiano dos internos. Para tal, ressalta-se a urgência de uma formação docente voltada à mediação inclusiva, capaz de promover uma emancipação intelectual que atue, de forma sutil e humanizada, como vetor fundamental na reintegração social e na transformação da identidade do aluno-detento.

DESENVOLVIMENTO

Os Desafios do Ensino Multisseriado

Em países desenvolvidos estudos apontam para bons resultados no ensino multisseriado; no entanto, em relação às dificuldades financeiras e políticas nos países



subdesenvolvidos, percebe-se que a aplicação do ensino multisseriado tem sido um grande desafio (Cardoso; Jacomeli, 2010).

O ensino multisseriado, em países desenvolvidos, não é compreendido de forma negativa. Há uma aceitação conjunta pelos docentes e pela própria população. “Os problemas ocasionados no interior das *multigrade schools* não ocorrem por sua lógica multigraduada” Parente (2014. p.78). Sendo assim, a *multigrade schools* é defendida como um espaço de aprendizagem integralizada e qualquer decisão em relação ao seu futuro tem que passar pela comunidade, avançando coletivamente em trocas de experiências com outras unidades escolares e formação de professores. Já em países em desenvolvimento como no Brasil, existe ainda uma negação da multisseriação, principalmente em aspectos de como é implantado. Falta estruturação, investimentos financeiros, gestão estratégica, um currículo adaptado à realidade local e formação de professores. No entanto, precisamos de uma organização curricular em relação a esse segmento. Silva; Guerra (2016, p. 522), fala o seguinte:

Nesse sentido, evidenciamos que o currículo oficial é o mesmo, tanto para as classes multisséries como para as classes seriadas. Decisões como essas, tomadas em níveis externos à sala de aula, interferem diretamente no trabalho dos professores desse segmento, haja vista que comprometem, por exemplo, o tempo didático referente ao ensino e à aprendizagem dos sujeitos da instituição, intensificando ainda mais o grau de complexidade para o exercício da docência nas turmas multisséries.

As classes multisseriadas, é um desafio para o professor, pois o mesmo trabalha com alunos de diferentes séries, pois o aluno precisa de um acompanhamento diferenciado. Neste contexto, tanto o professor como o aluno são produtores do conhecimento, o professor precisa ao longo do tempo conquistar o aluno, bloqueando barreiras que o impedem de desenvolver a aprendizagem deste aluno. Entretanto, Daviani (2010, p. 288) colabora dizendo:

[...] A aprendizagem não é alcançada de forma instantânea nem por domínio de informações técnicas, pelo contrário, requer um processo de aproximações sucessivas e cada vez mais amplas e integradas, de modo que o educando, a partir da reflexão sobre suas experiências e percepções iniciais, observe, reelabore e sistematize seu conhecimento acerca do objeto em estudo (Daviani, 2010: 288).

A educação prisional, deve emancipar o apenado, tanto na escolarização, como na profissionalização, efetivando uma pedagogia de resiliência, dando um suporte necessário

para que o apenado possa sair do sistema prisional, e nunca mais possa voltar, adquirindo uma concepção de um ser ativo, participativo e inclusivo na sociedade, na qual está inserido.

A educação é uma prática de suma importância, que visa promover o crescimento integral do ser humano. Isso é especialmente relevante quando se trata de pessoas que estão no sistema prisional, uma vez que necessitam de uma modalidade educacional específica para reintegrarem-se à sociedade e serem inseridas no mercado de trabalho, alcançando assim a sua emancipação (Kanaan; De Souza; Pellissari, 2020).

Na EJA, a educação deve proporcionar alternativas pragmáticas. Pois os apenados apresentam dificuldades na aprendizagem; seja por estarem muito tempo sem estudar, ou por não receberem apoio familiar na escolarização. O apenado precisa ter uma metacognição, assim dizendo, aprender a aprender num contexto prisional. Rangel (2007), colabora da seguinte forma em relação à educação não-formal. A educação profissional nas prisões, é de fundamental o aprendizado, assim, falta a concretização no sentido amplo. Não só ficando com conteúdo científicos e práticos, mas entender sobre gestão de negócios de pequenas empresas, caso o apenado queira abrir seu próprio negócio ao sair da prisão.

O EJA deve articular com a educação profissional, para que os jovens e adultos possam se inserir no mercado de trabalho, sustentada por uma educação geral e ressocializadora. Não existem vagas para todos nos cursos profissionalizantes oferecidos nas unidades prisionais, até porque, não teria como transformar as unidades prisionais, por questões de segurança, em grandes oficinas (Pereira, 2018).

Suscita um estudo mais aprofundado nas concepções e diretrizes, em relação às políticas públicas voltadas para EJA, considerando diferentes contextos no espaço prisional (Azevedo, 2019). Tendo como foco principal o interno como um todo, exigindo uma visão holística de todo processo ensino-aprendizagem, levando em conta suas experiências e, o que o interno realmente precisa em termos de aprendizado, currículo, expectativas e saber.

Assimilando uma educação de qualidade, crítica e principalmente libertadora, como nos postulados de Paulo Freire (2021). O EJA é um direito adquirido a todo jovem e adultos, não importando sua condição social, econômica ou cultural, porém, esse direito deve ser efetivado com políticas públicas específicas para o EJA no sistema prisional. Valendo assim, para pessoas privativas de liberdade, a ter uma escolarização multimodal e reintegradora ao meio social.

Pela nova redação o art. 126, caput, e § 1º, inc. I, da LEP, assegura o direito à remição pelo estudo, na proporção de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar

– atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional.

À frente de diversas modificações na forma de punir, tendo como foco a ressocialização, entrou em cena a Educação e o trabalho, como formas mais utilizadas na socialização prisional. Diante desse contexto, Scheidt (2014, p. 24), afirma:

Forjou-se, ao longo do último século, um discurso ideológico sobre a função social e reabilitadora da instituição prisional. Isso fez com que a pena privativa de liberdade passasse a ser amplamente utilizada como método de punição e correção dos transgressores.

A Educação prisional tem avançado em muitos aspectos, mas há muito a ser feito, principalmente na criação de uma concepção na mentalidade dos apenados, em relação ao seu direito de estudar. Muitos infelizmente estão acomodados e fadados ao seu mundo de crime, sem nenhuma perspectiva de mudança em sua vida (Brandão, 2017).

Para Maeyer (2013), o educador precisa poder se reconhecer de forma clara e definir sua função, sua área de atuação e suas obrigações diante das influências negativas que são reforçadas dentro do ambiente prisional. É fundamental que a participação dos principais envolvidos seja prioritária em qualquer iniciativa educacional ou social, pois sem o envolvimento dos interessados diretos, nenhuma ação terá um impacto significativo.

Verifica-se que, algumas convergências que ancoram propostas na implementação de Diretrizes Nacionais no EJA nesta pesquisa, especificamente no sistema prisional, conforme Onofre (2012, p. 216), verificamos os seguintes tópicos:

- “É necessário implementar uma política educacional coerente que defina claramente o papel da escola e do professor nas unidades prisionais.
- As instituições formadoras de professores devem passar por modificações internas para garantir a formação adequada dos professores que atuarão nas prisões.
- O currículo de formação de professores deve incluir tanto conhecimentos teóricos/práticos, quanto estágios em escolas prisionais.
- Os professores devem ser participantes ativos na criação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação prisional.
- É fundamental reconhecer que o ambiente prisional também oferece oportunidades de aprendizado para os professores.
- Os cursos de formação de professores devem ser alinhados com os projetos educacionais das escolas prisionais onde os futuros professores irão atuar.

- É necessário investir na produção de materiais didáticos que auxiliem os professores

em seu trabalho, reconhecendo-os como geradores de conhecimento”.

Ainda não temos no Brasil, uma política pública voltada para o EJA, considerando diferentes contextos no espaço prisional. Tendo como foco principal o interno como um todo, levando em conta suas experiências e, o que interno realmente precisa em termos de aprendizado, currículo, expectativas e saber. Assimilando uma educação de qualidade, crítica e principalmente libertadora. Valendo assim, para pessoas privadas de liberdade, a ter uma escolarização pragmática e reintegradora ao meio social.

Conforme Silva, Moreira e Oliveira (2016, p. 19), “pode-se concluir a partir da análise das normas legais que é necessário estabelecer uma integração adequada entre a Lei de Execução Penal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na educação em prisões”. Neste caso, a educação no Sistema Prisional deve estar amparada e fundamentada na LEP, uma educação que começa desde da alfabetização, cursos técnicos, palestras, projetos educacionais, até aos cursos superiores.

A educação escolar prisional enfrenta uma série de desafios únicos. Um dos principais desafios é garantir o acesso e a permanência dos detentos na escola, uma vez que muitos deles podem não ter tido uma educação formal adequada anteriormente ou podem enfrentar dificuldades devido às condições em que se encontram na prisão. Outro desafio é a adequação dos currículos e metodologias de ensino à realidade dos alunos em situação de privação de liberdade. É importante oferecer cursos que sejam relevantes para sua reintegração na sociedade e que levem em consideração suas experiências e interesses individuais.

A oferta de ensino a distância também pode ser uma opção viável na educação escolar prisional, permitindo maior acesso a diferentes disciplinas e conteúdos educacionais. Isso pode ser especialmente útil para detentos que estejam em regiões distantes ou tenham restrições de deslocamento (Figueiredo e Silva, 2021).

Assim, a educação escolar prisional enfrenta diversos desafios, mas desempenha um papel importante na promoção da alfabetização, educação básica, certificação e qualificação para o trabalho dos detentos. É fundamental abordar esses desafios de maneira abrangente e garantir que a educação seja acessível, relevante e efetiva para os indivíduos em situação de privação de liberdade.

Muitos internos no sistema prisional não têm a oportunidade de conseguir trabalho ou frequentar a escola no estabelecimento penal, seja por falta de vagas ou situações disciplinares. No entanto, podem realizar o ENCCEJA e o ENEM PPL para concluir o Ensino Fundamental

e Médio ou ingressar em curso superior EAD. De acordo com Onofre (2020), esses exames nacionais representam a democratização do acesso ao conhecimento, garantindo que o direito à educação seja exercido mesmo diante das limitações físicas e administrativas das unidades penais.

O ENCCEJA, dependendo da pontuação pode remir pena de até 180 dias, com pontuação de 100 pontos ou mais nas matérias disciplinares. Sendo assim, concluindo o ensino fundamental ou Médio. Segundo as diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ENCCEJA e o ENEM PPL constituem-se como as principais políticas de avaliação para a certificação e o acesso ao ensino superior no sistema carcerário, suprimindo lacunas onde a oferta de ensino regular é limitada por questões estruturais ou disciplinares (Brasil, 2022).

A educação profissional prisional enfatiza uma abordagem sistêmica, pois o apenado está disposto a uma aprendizagem prática e teórica. Precisando de uma escolarização mínima para compreensão da parte prática, em diversos cursos profissionalizantes aplicados no sistema prisional, como: pedreiro, serralheiro, costura, confeitaria, dentre outros. Efetivando de certa forma, na inserção deste apenado no mercado de trabalho, ao sair de progressão de regime ou alvará de soltura do sistema prisional. Se beneficiando também na remição da parte de sua pena. Para Maeyer (2013, p. 34) atividades que ajudam a suportar sua perda de liberdade e o ócio, são o seguinte:

Competições esportivas e recreativas, a religião, possibilidades de trabalho em oficinas, formações profissionais e cursos às vezes são oferecidos aos detentos – isso depende dos países e dos continentes. Além do bem-estar físico, social e intelectual que essas iniciativas devem trazer, elas são destinadas, sobretudo, a manter a calma no interior da instituição. A natureza (humana) aterrorizada pelo ócio.

Aplicar uma educação diferenciada, incluindo ações que não são pedagógicas, mas de certa forma contribuem para a ressocialização do apenado no meio social, como: confraternizações em sala de aula, interatividade esportiva, projetos culturais, feira de ciências, uma comunicação mais aberta e flexível em termos de conteúdo e currículo. Decorrendo uma pedagogia de reintegração, realizando um paradoxo da sua realidade com o meio social, cultural e ético.

A Formação Continuada como Eixo de Inclusão

atuando como vetor de socialização. Por meio do processo educativo, o sujeito privado de liberdade desenvolve uma consciência crítica sobre o retorno ao convívio social, transcendendo a visão puramente utilitarista da remição de pena. Assim, buscam deixar no passado a criminalização, muitas vezes enraizada em sua historicidade. Projetos como a remição de pena pela leitura, o artesanato, a educação formal e não formal, feiras de ciências, projetos culturais ou temas complexos, como feminicídio e machismo, vêm contribuindo de forma significativa na reintegração dos apenados. Nesse cenário, a práxis do professor da educação prisional revela-se um elemento preponderante para a efetivação dessas políticas de ressocialização.

Nesse sentido, uma modalidade dos professores de forma sutil e inclusiva, atingirem os alunos na forma de conscientização é através de rodas de discussão nos projetos de leitura de livros literários. Como dialogado por De Souza Moreno; Flandoli e Dos Santos (2020), a execução do projeto de leitura nas unidades prisionais de regime fechado, tem mostrado de grande valia na construção profissional dos graduandos que participam das oficinas do projeto. Os assuntos abordados em rodas de conversa, ampliam o alcance do pensamento para além dos muros, aprofundando emoções e reflexões tanto no discurso falado quanto no escrito.

Nas ciências, uma aprendizagem baseada em projetos, causando uma ruptura em relação ao modelo vigente, repensando uma nova configuração no modelo de aprender, sem a devida divisão de disciplinas formais. Buscando um aluno mais autônomo, com pensamento crítico, evitando que fiquem estagnados diante de desafios que não conseguem superar (Bacich; Holanda, 2020).

A educação no sistema penitenciário transcende a mera transmissão de conteúdos, consolidando-se como um processo de reconstrução de identidades e perspectivas de futuro. Nesse cenário, a formação de professores emerge como o eixo central de inclusão, pois é através da sensibilidade pedagógica que o estigma criminal é confrontado.

Segundo Medeiros (2023), a preparação docente em contextos de vulnerabilidade deve superar o tecnicismo, estabelecendo-se como um campo de acolhimento das subjetividades e de promoção do diálogo. Assim, ao adotar uma educação transformadora, o professor atua como mediador entre o conhecimento científico e a realidade social do interno, convertendo o espaço prisional em um ambiente de investigação e redescoberta. Essas práxis docentes, alinhada aos princípios da inclusão, permite que o ensino de ciências funcione como uma ferramenta de emancipação.

Assim, a utilização de métodos inovadores de ensino, como a aprendizagem baseada em projetos ou a experimentação prática, pode tornar as aulas mais envolventes. Os alunos tendem a se sentir mais estimulados a participar e a explorar o conteúdo. Na EJA, isso pode contribuir na fixação de diversos conteúdos trabalhados, e principalmente, contribuindo na autonomia e o pensamento crítico através da multidisciplinaridade. Quando um aluno privado de liberdade trabalha e resolve problemas relacionados a diversos conteúdos em projetos, ele reconstrói sua percepção de capacidade intelectual, preparando-se melhor para o mercado de trabalho fora do cárcere.

Através de projetos que adotam uma abordagem de aprendizagem baseada em projetos (ABP), torna-se mais evidente o papel dessas experiências educacionais na promoção de uma educação transformadora. A condução de projetos com tais características implica necessariamente em estabelecer conexões entre diversas linguagens e os conceitos científicos de cada área do conhecimento (Bacich; Holanda, 2020, p.22).

Discutir a formação de educadores implica avaliar como a Educação Social é abordada: se como um conjunto de práticas paliativas para minorias ou como um fundamento ético e pedagógico universal. Essa ambivalência curricular define se o futuro professor atuará apenas na instrução técnica ou se será capaz de realizar uma mediação pedagógica que responda às complexas demandas da sociedade contemporânea (Mano; Souza Rizzo, 2021, p.995).

CONCLUSÃO

Por meio de uma mediação pedagógica inclusiva, os professores que atuam no sistema penitenciário desempenham um papel crucial na alteração das perspectivas criminosas dos apenados. Ao promover uma educação que valoriza o sujeito e seus valores — fundamentada nas experiências dos internos, o docente facilita a superação do estigma criminal e a construção de novos paradigmas sociais. O resultado é uma formação libertadora que prepara o indivíduo para abandonar o universo delitivo em favor de uma integração social plena e consciente. Nesse processo, o professor da educação prisional é consciente de seu papel na engrenagem da reintegração social e, por isso, implanta projetos teóricos e práticos que integram conteúdos científicos a uma educação transformadora.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, Flávia Regina Porto de et al. Políticas públicas e direito à educação: a educação de jovens e adultos-EJA para privados de liberdade nos estabelecimentos penais em Manaus.

2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

BACICH, Lilian; HOLANDA, Leandro. STEAM em sala de aula: a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. **Penso Editora**, 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução**

Penal. Disponível em: <<http://bit.ly/2Eefj17>>. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Exames e avaliações para pessoas privadas de liberdade: orientações pedagógicas**. Brasília, DF: INEP, 2022.

CALDART, R. S. Educação do Campo e Educação Básica. In: MOLL, J. (Org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: **Penso**, 2012.

CARDOSO, Maria A.; JACOMELI, Maria RM. Considerações sobre as escolas multisseriadas: *estado da arte*. **Educere et Educere**, Cascavel, PR, v. 5, n. 9, p. 267-290, 2010.

DAVIANI, Maria Cristina. Currículo integrado. Disponível em: http://www.org.br/rh/publicações/textos_apoio/pub.04u2t8.pdf. Acessado em mar. de 2026.

DE SOUZA MORENO, Maria de Fátima; FLANDOLI, Beatriz RX Gomes; DOS SANTOS, Miguel Barthimann. Remição pela leitura: uma experiência em Mato Grosso do Sul. **REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL-RBEP**, v. 1, n. 1, p. 123-137, 2020.

FIGUEIREDO, J. S.; SILVA, M. A. Educação a distância no sistema prisional: desafios e possibilidades. São Paulo: **Editora Acadêmica**, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia (Edição especial). **Paz e Terra**, 2021.

KANAAN, Danielle Pereira Gomes; DE SOUZA, Roberto Martins; PELISSARI, Lucas Barbosa. A educação como instrumento emancipatório no sistema prisional. **Revista Mundi Sociais e Humanidades** (ISSN: 2525-4774), v. 5, n. 3, 2020.

MANO, Amanda de Mattos Pereira; DE SOUZA RIZZO, Deyvid Tenner. A educação social e a formação de professores em pesquisas: definições, indefinições e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 999-1013, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v16iEsp.1.13885>

MAEYER, Marc De. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, p. 33-49, 2013.

MEDEIROS, Jucélia Linhares Granemann de. Educação Científica e Formação de Professores: perspectivas inclusivas e transversais. Campo Grande: **Editora UFMS**, 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2ª ed. Petrópolis, RJ: **Editora Vozes**, 2008.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... Um quê de utopia?. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 47, p. 205-219, 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas*. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 51-69, 2013.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar entre as grades. São Carlos: **Editora UFSCar**, 2020.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 57-88, 2014.

PEREIRA, Antonio. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 24, p. 245-252, 2018.



XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

27 a 30 de maio 2026 - Sertão Central - Quixadá - CE.

RANGEL, Hugo. Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 81-93, 2007.

SILVA, Reginaldo; NUNES, José Messildo; GUERRA, Renato. Relação entre Tempo Didático e Currículo num Ambiente Multisseriado. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 9, n. 20, 2016.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido; OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. Ciências, Trabalho e Educação no sistema penitenciário brasileiro. **Cadernos Cedes**, v. 36, p. 09-24, 2016.

TARDIF, M. Lessard. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: **Vozes**, 2002.

